

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 7 | edição nº 2 | 2018

*Os contornos da estratégia imperial da
política externa dos Estados Unidos no
pós-Guerra Fria: uma leitura crítica*

Leandro Carlos Dias Conde

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

unesp 
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

OS CONTORNOS DA ESTRATÉGIA IMPERIAL DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA FRIA: UMA LEITURA CRÍTICA

Leandro C. D. Conde¹

Resumo: O artigo apresenta a política externa dos Estados Unidos como continuidade do período da Guerra Fria. Objetiva-se analisar a política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria como continuidade, tendo ela se tornado mais violenta em um contínuo crescente do poder dos EUA na ordem global desde o fim da Guerra Fria. Para tanto, assumimos uma postura crítica buscando analisar os fatos históricos mobilizados em relação ao papel dos EUA nesse período. Portanto, pretende-se analisar os novos contornos do sistema internacional no pós-Guerra Fria em relação ao papel de superpotência dos Estados Unidos. Discutindo o papel dos EUA nesse período, assim como o seu papel na economia política internacional do pós-Guerra Fria, como instrumento de política externa, no sentido de manter e estender o seu poderio.

Palavras-chave: Política Externa; Estados Unidos; Guerra Fria; Pós-Guerra Fria.

THE IMPERIAL STRATEGY OF THE US FOREIGN POLICY IN THE POST-COLD WAR ERA: A CRITICAL READING

Abstract: This paper presents US foreign policy as a continuation of the Cold War period. It aims to analyze US foreign policy in the post-Cold War era as a continuation, having become more violent in a steadily growing US power in the global order since the end of the Cold War. To do so, we took a critical stance to analyze the historical facts mobilized in relation to the role of the United States in this period. Therefore, we intend to analyze the new contours of the international system in the post-Cold War period in relation to the role of the United States as a superpower. Discussing the role of the United States in this period, as well as its role in the post-Cold War international political economy, as an instrument of foreign policy, to maintain and extend its power.

Keywords: Foreign Policy; United States; Cold War; Post Cold War.

¹ Doutorando em ciência política pelo IESP/UERJ, e mestre em ciência política pela mesma instituição. É pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO, antenna Rio de Janeiro). Email: leandrocdconde@gmail.com

I. Introdução

O presente artigo se propõe a discutir, embora de forma concisa, a política externa dos Estados Unidos (EUA) no pós-Guerra Fria, buscando analisar de forma crítica, à luz dos fatos históricos, o papel dos EUA nesse período, até a primeira década do século XX. O caminho tomado no presente texto segue o esquema interpretativo da Guerra Fria proposto por Noam Chomsky (2003), no qual o autor enfatiza a existência de duas leituras possíveis da ordem mundial na Guerra Fria: a da interpretação convencional e a que examina os fatos históricos de forma crítica. A visão convencional está resumida pelo documento fundamental da Guerra Fria, o *National Security Council 68* (NSC-68)² de abril de 1950, redigido pouco antes da Guerra da Coreia, pelos EUA. A argumentação básica da visão ortodoxa é a que presa por uma divisão maniqueísta do mundo entre o bem, representado pelos Estados Unidos, e o mal, pela União Soviética, um mundo com dois lados opostos, em que não há arranjo nem acordo possível com o mal, visto que o bem sempre deve triunfar (CONDE, 2015). A outra é a visão que examina os fatos históricos, crítica, que ao lançar luz sobre a retórica estadunidense, não figura nas narrativas oficiais.

Segundo a imagem convencional, os Estados Unidos venceram a Guerra Fria. A retidão derrotou o mal, com a vitória da democracia, do capitalismo de mercado, da justiça e dos direitos humanos. Como porta-bandeira dessa causa, os Estados Unidos agora abrem caminho para uma Nova Ordem Mundial, feita de paz, desenvolvimento econômico e cooperação entre aqueles que viram a luz [...] (CHOMSKY, 2003: 273).

É neste sentido que o NSC-68 cumpre o papel de chamar os EUA ao posto de liderança mundial, dominando todos os cantos do mundo, eliminando o mal do neutralismo. A não aceitação da proposta soviética de uma Alemanha neutra e desmilitarizada pelos EUA acarretou a sequência de diversos acontecimentos que marcaram a Guerra Fria, pois de acordo com o NSC-68, não era possível a coexistência de Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), era necessário buscar o fim do regime soviético e não uma forma de conviver “pacífica” e diplomaticamente com ele. Mesmo frente ao arrocho dos gastos na indústria bélica e diminuição do contingente militar empreendido por Moscou, Washington aumentou seus gastos ao longo da década de 1970-1980. A existência do regime

² *National Security Council 68* (NSC-68) de abril de 1950, O NSC-68 cumpre o papel de chamar os EUA ao posto de liderança mundial, dominando todos os cantos do mundo, eliminando o que era considerado o mal do neutralismo. O NSC-68 indicava a estratégia de construção de uma ordem social mundial favorável ao crescimento e expansão dos Estados Unidos, que deveria solapar quaisquer obstáculos que se colocassem à sua frente, neste período, claramente referia-se à União Soviética, mas o sentido do documento permaneceu vivo na estratégia estadunidense, mesmo após o fim do monstro soviético.

soviético era inaceitável aos EUA, pois sua economia planejada e autárquica interferia na construção de um sistema internacional baseado no comércio global livre - que ganharia o nome, posteriormente, de globalização -, em que as empresas dominantes seriam, claramente, em sua extensa maioria, estadunidenses.

No âmbito externo, a União Soviética ilustrou seu poderio na Alemanha Oriental, nos países satélites do leste europeu e na intervenção militar no Afeganistão; no âmbito interno, marcada pela dominação da elite militar-burocrática. No âmbito externo, os EUA ilustraram seu poderio por meio da subversão mundial, agressão e terrorismo de Estado³ ao largo do globo; no âmbito interno, a consolidação do complexo industrial militar, uma sociedade de bem-estar social para os ricos, marcada pela ideologia da segurança nacional como fator controlador da população (CHOMSKY, 2003).

A Guerra Fria foi, para a União Soviética, primordialmente uma guerra contra seus satélites, e, para os Estados Unidos, uma guerra contra o Terceiro Mundo. As zonas de guerra eram exclusivamente nos países do Terceiro Mundo e nos satélites soviéticos, empreendidas pelos EUA e URSS – guerras, invasões de caráter contra-insurgente que visavam estremecer ou romper com a ordem estabelecida aliada a uma das potências - que nunca se enfrentaram diretamente.

No Oriente Médio, o tema central ainda gira em torno das grandes reservas de energia da região, os hidrocarbonetos. Em consonância com o sistema internacional dominado pelos EUA, essas fontes de energia deveriam estar sob o seu domínio. O presidente norte-americano Eisenhower considerava o Oriente Médio como a área de maior importância estratégica do mundo (CHOMSKY, 2003). Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA substituíram a Grã-Bretanha como potência imperialista da região, suas empresas conquistaram o papel principal na produção petrolífera do Oriente Médio. Vale lembrar que os EUA, nessa época, não precisavam do petróleo do Oriente Médio, pois até 1968, os norte-americanos eram o principal produtor do produto, o domínio sobre as reservas do Oriente Médio era visto por Washington como alavanca para a dominação mundial.

Logo, a Guerra Fria cumpriu papel importante para as elites norte-americanas, no qual a União Soviética encarnava o Império do Mal, sempre invocada a fim de justificar as intervenções – militares, contra-insurgente etc. – dos Estados Unidos para a sua opinião

³ Trabalhamos com a definição de “terrorismo de Estado” empregada por Chomsky (2003: 477-478): “Primeiro, a forma mais importante de terrorismo, em larga medida, é o terrorismo de Estado – ou seja, ‘aterrorizar a população inteira através de atos sistemáticos, executados pelas forças estatais’. Segundo, esse terrorismo é uma parte essencial de um ‘projeto sociopolítico imposto pelo governo’, voltado para as necessidades dos privilegiados. Para que ele seja implementado, a população inteira tem que ser ‘aterrorizada por um medo internalizado’”.

pública interna. Os grandes conglomerados de mídia cumpriam o seu papel ao reproduzir internamente aos estadunidenses a leitura convencional da Guerra Fria, isto é, o papel – maligno – dos soviéticos no sistema internacional (CHOMSKY, 2003). Havia a necessidade da existência de um vilão internacional e a URSS era perfeita para o papel. A imagem da bipolaridade do sistema de Estados da Guerra Fria não indicava que os dois polos de poder, de fato, mantinham uma disputa cujo poder de ambos fosse semelhante. Os Estados Unidos lideravam pela presença militar, política, econômica e cultural em todo o mundo, obviamente, a exceção era a União Soviética, mas a imagem da bipolaridade era favorável aos dois, ela justificava a doutrina de contenção dos dois lados e servia para garantir a coesão.

A política norte-americana tem sido coerente, durante um longo período, porque as instituições dominantes são estáveis, sujeitas a pouquíssimo questionamento interno, e – no passado – relativamente imunes às pressões externas, em virtude da riqueza e poder singulares dos EUA. (CHOMSKY, 2003: 82)

Os Estados Unidos lograram o êxito de sagrarem-se durante a Guerra Fria como símbolo do mundo livre em oposição aos perigos do mundo soviético, o que, no longo prazo, pintou a liderança norte-americana de forma benigna e necessária, foi o período de expansão do nacionalismo norte-americano, nunca se ouvira tanto a frase: “nação líder do mundo livre”. “Um nacionalismo que se expressou por universais (a liberdade, a democracia, etc.), à semelhança do que ocorreu com outras grandes potências no passado.” (GUIMARÃES, 2000: 11).

O colapso da URSS trouxe a real possibilidade de expansão da fronteira do capital financeiro internacional, que buscou expandir-se vorazmente sobre as antigas áreas de influência soviética e a própria Rússia. “Com o colapso da União Soviética, o capital mundializado vislumbrou a possibilidade de superação da situação adversa dos anos de 1970 e 1980 na expansão desenfreada rumo a novas áreas de exploração [...]” (BIANCHI, 2003: 98). Dado o fim da contenção soviética, havia a necessidade de uma nova estratégia para a liderança norte-americana expandir-se para as novas áreas, ou seja, estender a ordem liberal para as antigas áreas de influência moscovita. Entretanto, esse “novo mundo” trazia também questionamentos sobre o posicionamento dos Estados Unidos nele, devido à emergência de novas potências econômicas, mesmo que aliadas. Os EUA deveriam seguir avançando sob essas novas áreas, sempre visadas e agora frutíferas aos interesses de Washington.

A despeito do uso da violência como resposta às ameaças externas, fica claro o uso dela com fins econômicos na expansão do capital financeiro transnacional nos países de ex-influência soviética. Para Bianchi, “de um ponto de vista prático, isso significava uma política

externa mais agressiva que fundisse explicitamente as duas ordens: a segurança nacional e os objetivos econômicos dos Estados Unidos [...]” (2003, p. 99). A expansão da ordem liberal sob todo o globo converteu-se num imperativo da política externa norte-americana, mas não era algo novo o uso dela para fins como esse, pois a diplomacia norte-americana, a rigor, sempre esteve a serviço dos interesses econômicos, seja da banca ou das transnacionais daquele país.

Com declínio e fim soviético esperava-se o término dos conflitos da Guerra Fria, mas somente se analisarmos este período pelo viés convencional do constructo ideológico, no entanto, por meio da análise dos fatos históricos sabemos que os conflitos não terminaram. Os EUA continuam a mesma política empreendida durante o período, a superpotência seguiu e buscou expandir o seu poder. A possibilidade real do “poder global”, afirma Fiori (2008), surge com o fim da União Soviética, que coloca os Estados Unidos com a possibilidade, única na história, de conquistá-lo, isto é, um poder militar insuperável e não colonial, que é distinto dos impérios do passado. O poder global conquistado pelos EUA tem suas bases “[...] no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os estados nacionais.” (FIORI, 2001, p. 63 *apud* FIORI, 2007, p. 94). Como indica Guimarães (2000: 12), ao passo que se dissolvia a União Soviética, a especulação tomava o centro das discussões, “[...] é necessário o conflito para que a coesão se mantenha; a coesão é necessária para a reafirmação da liderança. De outra forma, como definir (e impor) o ‘interesse nacional’?”. Os ideólogos norte-americanos sem perder tempo lançam-se a decifrar os novos rumos do mundo pós-Guerra Fria, enquanto outros celebram o mundo de paz e segurança que se inicia.

Sejam quais forem os motivos, todos pareciam celebrar o fim da besta-fera soviética. Porém, este fato não era motivo de celebração de todo nos círculos de poder em Washington, a URSS tinha seu propósito, era um inimigo universal, onde se apontasse lá o comunismo poderia estar, mas o que poderia substituir este inimigo tão caro a retórica norte-americana? Enquanto especula-se, a periferia continua a sentir o peso dos interesses nacionais norte-americanos e os inimigos tendem a se proliferar, afinal, eles cumprem um papel importante à retórica, mesmo que ninguém preencha a lacuna deixada pelos soviéticos. Vale lembrar que, “ao longo da história, o recurso típico para mobilizar as populações relutantes tem sido o medo de um inimigo maléfico, empenhado em destruí-la.” (CHOMSKY, 2003: 46). A periferia torna-se o *locus* do “verdadeiro inimigo”. Na retórica da política externa norte-americana, a periferia é onde se escondem as ameaças, contudo no pós-Guerra Fria não se trata mais de apontar um único inimigo, como busco apresentar neste trabalho. De acordo

com o NSC-68, não deve haver nenhum canto no mundo desconsiderado sem que haja nenhum perigo, é preciso estar sempre vigilante. Para tanto, o poder dos Estados Unidos precisa ser global.

II. Do Fim da História ao Choque de Civilizações: um esforço explicativo ortodoxo

O século XX viu o mundo desenvolvido descer num paroxismo de violência ideológica, com o liberalismo contido primeiro com os restos do absolutismo, em seguida, do bolchevismo e fascismo, e finalmente de um marxismo atualizado que ameaçou levar para um apocalipse final nuclear. Porém, o século começou cheio de autoconfiança no triunfo final da democracia liberal ocidental parece próxima de estar retornando em cheio ao círculo de onde começou: não para um “fim da ideologia” ou uma convergência entre capitalismo e socialismo, como prematuramente previsto, mas para uma vitória acachapante do liberalismo político e econômico. (FUKUYAMA, 1989: 1)⁴.

A publicação de “*The End of History?*” na revista *The National Interest* pelo cientista político Francis Fukuyama pode ser considerada a primeira hipótese do mundo pós-Guerra Fria, em 1989, que, posteriormente, em 1992, tornou-se livro, intitulado “*The End of History and the Last Man*”, no qual ele desenvolveu toda a sua tese acerca do que seria o “fim da história”. Francis Fukuyama parte de uma análise histórico-econômica na qual o liberalismo econômico e político é o ápice do estágio evolutivo de avanço da economia mundial contemporânea. Assim, somente num contexto de desenvolvimento da economia liberal poderia florescer um estágio avançado de democracia que fornecerá o caminho da paz, por isso, os Estados economicamente atrasados, de acordo com Fukuyama, tornam-se vulneráveis a governos antidemocráticos e a regimes totalitários de todas as formas. O fim da história significa este último estágio de desenvolvimento econômico, que culmina numa sociedade capaz de suprir as necessidades humanas por meio dos avanços obtidos pelo capitalismo. Somente o Estado liberal, para Fukuyama, é capaz de dar a igualdade de oportunidades e a valorização individual que as pessoas tanto buscam. Desta forma, somente o Estado liberal colocaria fim aos conflitos de classe, pois numa sociedade de liberalismo político e econômico, a igualdade de oportunidade é o que impera.

A vitória do capitalismo na Guerra Fria representou o fim da competição ideológica que marcou o período anterior, ou seja, o comunismo não oferece mais perigo ao ocidente, pois para Fukuyama (1989: 1) o “[...] triunfo do Ocidente, da ideia ocidental, é evidente, antes de tudo, no total esgotamento de alternativas sistemáticas viáveis ao liberalismo ocidental”.

⁴ Os textos em língua inglesa presente no texto são traduzidos de forma livre pelo autor.

Esta interpretação, do triunfo do modelo ocidental, que também podemos chamar de estadunidense, indicava que o mundo entraria numa fase de paz e cooperação por meio da universalização dos princípios liberais. Durante a Guerra Fria, como parte da estratégia de contenção, os EUA buscaram a ferro e fogo expandir seu modelo liberal econômico e político a fim de disseminar e lançar base para uma ordem liberal em todo o sistema internacional, com o término da Guerra Fria e o desmonte soviético, para Fukuyama, o ocidente venceu, finda a história, enquanto competição ideológica entre os dois modelos.

O que podemos estar testemunhando é não apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período particular da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governo humano. (FUKUYAMA, 1989: 1).

Os países, reconhecendo-se semelhantes, guiados pelos valores liberais, evitariam o conflito. Fukuyama toma como exemplo os EUA, expoente máximo da evolução econômica do Estado na sua visão, e o modelo de Estado norte-americano deverá atingir todos os Estados – a força imparável da democracia liberal –, o liberalismo político e econômico é o modelo vencedor, derrotou o socialismo e mostrou que é o único capaz de prover a liberdade e a igualdade aos povos. A vitória, no fim da história, abre as portas para um mundo no qual os EUA e seus aliados garantem a estabilidade, no qual as organizações internacionais governamentais (OIG) expandem-se e integram os que no passado foram adversários, mas que no pós-Guerra Fria estão dispostos a seguir a cooperação e não a guerra, por meio da democracia liberal.

A universalização da ordem liberal é a tarefa do período, no que tange à área econômica, os Estados devem seguir a agenda do neoliberalismo, com o sistemático aprofundamento dos valores da democracia liberal. O Consenso de Washington sintetiza as principais reformas que deveriam ser empreendidas, o FMI e o Banco Mundial assumem, como nunca, o papel de arautos do liberalismo econômico, impondo uma série de reformas estruturais a fim de atualizar as economias dos países, sobretudo da periferia, para o que seria a nova ordem mundial (PECEQUILO, 2005).

Samuel Huntington, com a publicação “Choque das Civilizações” na revista *Foreign Affairs* em 1993, questiona a hipótese do fim da história de Francis Fukuyama. De acordo com Huntington, o mundo estaria longe de uma paz triunfante de Estados democráticos pós-1989, mas estaria assistindo à ascensão de novas potências, novos inimigos e desafios aos Estados Unidos e, por sua vez, a todo o ocidente. Isto é, mesmo que findado o conflito ideológico entre capitalismo e comunismo, que marcou a Guerra Fria, isso não significa que o

mundo entrará num ciclo de paz, terá início um novo conflito, cujas bases são culturais. Ao final da década de 1980 a configuração do sistema internacional do período da Guerra Fria cai por terra e dá lugar a um sistema internacional no qual as “distinções culturais” tornam-se as mais importantes e dão o tom das relações internacionais.

Com a publicação do livro “O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial” em 1996, Huntington aprofunda suas análises e afirma que a política mundial do mundo pós-Guerra Fria assume a forma de multipolar e multicivilizacional, de um modo como nunca ocorrera anteriormente na história, pois, para ele, o que havia anteriormente eram contatos intermitentes ou inexistentes entre as civilizações. O sistema internacional, com o término da Guerra Fria, configura-se a partir de sete ou oito civilizações principais do mundo, são elas: a sínica⁵ (confuciana), a japonesa, a hindu, a islâmica, a ortodoxa, a ocidental, a latino-americana e, possivelmente, a africana.⁶ Porém, isto não significa a perda da centralidade dos Estados-nações como os principais atores nas relações internacionais, o comportamento destes, para Huntington, continua sendo direcionado pela busca de riqueza e poder. No pós-Guerra Fria, adicionam-se mais componentes para moldar os interesses dos Estados-nações, as preferências culturais. Desta forma, no âmbito da política local é praticada a “política da etnia” e no âmbito da política mundial é praticada a “política das civilizações”, e, assim, “a rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações” (HUNTINGTON, 1997: 21).

Os conflitos mais importantes do pós-Guerra Fria, de acordo com Huntington, não terão sua origem nas classes sociais, entre comunistas e capitalistas, mas em fatores culturais, os conflitos emergirão entre sociedades com bases culturais distintas. A cultura, no mundo novo, será uma força que unificadora e divisória nas sociedades, isto é, a cultura unifica aqueles culturalmente semelhantes e separa os que foram unidos não em bases culturais, mas ideológicas, políticas, culturais etc., o que implica diretamente tensões e conflitos no seio dos Estados-nações constituídos até o término da Guerra Fria (HUNTINGTON, 1997). Para Huntington, a cultura é a raiz das diferenças no desenvolvimento político e econômico das sociedades, no entanto, é somente no pós-Guerra Fria que as civilizações, livres das amarras de períodos anteriores, podem juntar-se a seus “afins culturais”, o que pode ocorrer na forma de transição organizada ou de ruptura. A reorganização da Europa figura como exemplo deste

⁵Huntington troca o termo “confuciana” usado no artigo “O Choque das Civilizações” publicado em 1993 na revista *Foreign Affairs*, por “sínica”, pois este termo daria conta de englobar a civilização chinesa e as culturas a ela relacionadas.

⁶Huntington insere a civilização latino-americana e a africana, mesmo não havendo consenso acerca de suas classificações como civilização, por parte dos estudiosos de civilizações, as outras seis civilizações, pois compreende ser útil para a compreensão do mundo contemporâneo.

processo, pois, findada a Guerra Fria, a “cortina de ferro” agora serve como linha que “separa os povos da cristandade ocidental, de um lado, dos povos muçulmanos e ortodoxos, do outro” (1997, p. 28).

Nos conflitos iugoslavos, a Rússia proporcionou apoio diplomático aos sérvios, enquanto a Arábia Saudita, a Turquia, o Irã e a Líbia forneceram fundos e armas para os bósnios, não por motivos de ideologia, de política de poder ou de interesse econômico, mas devido à afinidade cultural. (HUNTINGTON, 1997: 21).

Na análise de Huntington, o Ocidente segue como a civilização mais poderosa, mas que tem seu poder e predominância sob as demais civilizações em declínio. Este cenário complica-se à medida que as sociedades não-ocidentais, sobretudo confucianas e islâmicas, buscam expandir seu poder econômico e militar no sistema internacional, o que pode ocorrer no sentido de resistência ou contrabalanceamento do poder do Ocidente (HUNTINGTON, 1997). Na interpretação do choque das civilizações, na contramão das teorias do fim da história, o cenário de conflitos implica que a política externa norte-americana e do ocidente como um todo se pautem pela não intervenção em outras civilizações, abstendo-se deste tipo de postura, que só incendeia um mundo que se tornou um barril de pólvora. Assim, devem os EUA abrir mão de sua postura universalista, ou seja, da universalização de seus valores, por mais elevados que sejam, para que as demais civilizações trilhem seu caminho. Assim, para Huntington:

[...] um eixo central da política mundial pós-Guerra Fria é a interação do poder e da cultura ocidentais com o poder e a cultura de civilizações não-ocidentais. [...] Os padrões predominantes de desenvolvimento político e econômico diferem de uma civilização para outra. As questões-chave do cenário internacional envolvem diferenças entre civilizações. O poder está-se deslocando da civilização ocidental que há tanto tempo predomina para civilizações não-ocidentais. A política mundial tornou-se multipolar e multicivilizacional. (1997: 29).

Huntington ressalta que sua leitura do mundo pós-Guerra Fria faz parte de um quadro explicativo simplificado, que, obviamente, não dá conta de tudo de forma clara e abrangente, contudo, diz-nos o autor (1997: 29), “para pensar seriamente sobre o mundo e nele atuarmos de forma eficaz, faz-se necessário algum tipo de mapa simplificado da realidade, alguma teoria, conceito, modelo ou paradigma”. Da mesma forma como ele propõe esse quadro explicativo, a partir da cartografia, a imagem da Guerra Fria bipolar era o quadro explicativo simplificado da época, mas que explicava significativamente os eventos daquele período. “Durante 40 anos, os estudiosos e os profissionais das relações internacionais pensaram e atuaram nos termos desse quadro altamente simplificado, mas muito útil, dos assuntos mundiais – o

paradigma da Guerra Fria” (HUNTINGTON, 1997: 30). O quadro explicativo do mundo pós-Guerra Fria de Huntington apresenta-nos um mundo no qual se multiplicam os conflitos étnicos ao redor do globo, não respeitando mais as divisões do paradigma anterior, é o mundo do “choque das civilizações”.

[...] a desagregação da União Soviética e da Iugoslávia, as guerras que prosseguiram em seus antigos territórios, o crescimento do fundamentalismo pelo mundo afora, as lutas dentro da Rússia, da Turquia e do México por questões de identidade, a intensidade dos conflitos por comércio entre os Estados Unidos e o Japão, os esforços dos Estados islâmicos e confucianos para adquirir armas nucleares e os meios para lançá-las, a continuação do papel da China como uma grande potência “de fora”, a consolidação dos novos regimes democráticos em alguns países e não em outros e a crescente corrida armamentista na Ásia Oriental. (1997: 40).

O mundo pós-Guerra Fria suplantou a bipolaridade, nele também não há espaço para a unipolaridade de uma potência global hegemônica, na leitura de Huntington, a partir do paradigma civilizacional, o mundo novo, que surge após a Guerra Fria, é das civilizações. Grande parte dos conflitos de pequeno e de grande porte, já a partir da década de 1990, tem sua origem em conflitos étnicos ou entre grupos de civilizações diferentes, estes compatíveis com o paradigma civilizacional, como destaca Huntington:

III. A globalização aliada à política externa estadunidense

A década de 1990 foi vista como de expansão do projeto da globalização, e liderando este processo estava os EUA, naquele momento sob a administração de Bill Clinton, tratava-se do turno democrata para levar adiante o projeto global dos Estados Unidos. Chomsky (2004) ressalta que a liberalização financeira iniciada na década de 1970, inaugurando a onda neoliberal, transfere cada vez mais poder de decisão para o mercado financeiro, quase como um “verdadeiro Senado”, os interesses da população precisam ser compartilhados com os especuladores estrangeiros e administradores de fundos de investimento, que influenciam as decisões econômicas dos países. Aos Estados Unidos caberia o bônus da ordem global internacional, enquanto o ônus seria distribuído aos demais países.

Gowan (2003) caracteriza este projeto global norte-americano de “roleta Global”, que reúne outros países como “sócios subalternos”, que ganham mais do que perdem neste projeto, mesmo que atritos e competições sejam corriqueiros, estão incluídos os países da Europa Ocidental. Os demais aliados dos EUA, como o Japão, por exemplo, teriam mais conflitos do que acordos e, por isso, não seriam “sócios subalternos plenos” como os

européus. Uma série de organizações e foros internacionais são criados na década de 1990, em que os EUA, como de costume, dominam o centro de poder. Dentre elas, a Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) em 1993, o Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994, e o aprofundamento das negociações do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) que lança as bases para a OMC (Organização Mundial do Comércio).

A globalização é vista como um fenômeno irremediável do desenvolvimento capitalista, seria a coroação do avanço científico e tecnológico fazendo avançar os fluxos de pessoas e mercadorias, encurtando a distância entre os povos. Entretanto, ressalta Ellen Wood (2003), a globalização não pode ser vista como um processo “natural” da história humana, é preciso olhar para além do discurso dominando. Wood questiona este postulado, pois, para ela, se os mercados estão integrados – obra e fruto da globalização – como as condições de trabalho e do acesso aos direitos diferem tanto no mundo? Se estivessem realmente integrados, para Wood, os imperativos de mercado imporiam a todos os competidores condições sociais, de produtividade e de custos trabalho semelhantes. Assim, a não integração global é, na verdade, parte da globalização, isto se explica, pois:

Os movimentos globais de capital requerem não só o livre acesso à força de trabalho, aos recursos e aos mercados do outro lado das fronteiras, se não também a proteção frente aos movimentos no sentido oposto, assim como certo tipo de fragmentação econômica e social que incremente a rentabilidade diferenciando os custos e as condições de produção. Neste aspecto, novamente, é o estado nacional quem tem que realizar o delicado ato de equilíbrio entre a abertura das fronteiras ao capital global e a dissuasão de um tipo e grau de integração que pudesse ir longe demais na nivelção das condições sociais entre os trabalhadores de todas as partes do mundo. (WOOD, 2003: 163).

Dentro desta leitura, a globalização produziria efeitos devastadores nas economias, sobretudo nas do terceiro mundo. Wood ressalta que a relação entre o capital global e os Estados nacionais é mais imbricada do que aparenta. As transnacionais, por exemplo, mantêm suas sedes em seus Estados de origem, possuem a maior parte de suas ações lá, continuando a depender Estados nacionais de várias maneiras, seja na sua sede ou em outro canto do mundo em que esteja localizada uma subsidiária. Assim, vaticina Wood:

[...] o estado permanece no coração do novo sistema global. [...] o estado segue desempenhando seu papel essencial na criação e na manutenção das condições de acumulação do capital; e nenhuma outra instituição, nenhuma agência transnacional, começou sequer a substituir o estado nacional como garantidor administrativo e coercitivo da ordem social, as relações de propriedade, a estabilidade ou a capacidade de predizer na esfera contratual, ou qualquer das demais condições básicas que o capital requer na sua vida cotidiana. (2003: 166).

De acordo com Wood (2003), as teorias clássicas sobre o imperialismo são de uma época em que o capitalismo ainda não havia se tornado um sistema economicamente global, mesmo que boa parte do mundo estivesse sob o jugo do poder imperial capitalista, este poder era exercido com base na força coercitiva, a mesma que fizeram uso os impérios coloniais do século XVI e os de outrora, da metrópole que exerce e sustenta sua autoridade mediante o uso da força sobre os seus territórios coloniais. Segundo a autora, as principais teorias do imperialismo partiam da premissa de Marx de que o capitalismo continuava sendo um fenômeno bastante local, mas fechavam a sua reflexão ao mundo capitalista, excluindo as análises ao mundo não capitalista. É com as teorias clássicas do imperialismo que o foco muda do capitalismo fechado em si mesmo para as relações exteriores do capitalismo (WOOD, 2003). Esta mudança de foco lançou luz às interações entre o mundo capitalista e o não capitalista e as implicações das relações entre os Estados capitalistas e o mundo não-capitalista, a partir disto, segundo Wood, ao falarmos de imperialismo estaríamos falando na “[...] localização do capitalismo num mundo que não era – e provavelmente jamais seria – capitalista de um modo pleno, nem sequer predominante (2003: 151)”.

Wood traz retorna à teoria do imperialismo de Lênin, da “fase superior do capitalismo”, segundo a qual o imperialismo representaria esta fase, a etapa final em que o capitalismo findaria antes que este tomasse todo o mundo. Nesta fase, as potências imperialistas estavam em franca concorrência e aberta rivalidade na divisão de um mundo não-capitalista, no qual o capitalismo avançava rapidamente e acirrava cada vez mais as tensões imperialistas. Já para Rosa Luxemburgo, o sistema capitalista ao se desenvolver nas sociedades europeias precisa de uma saída para seu excedente e esta se encontra nas sociedades não-capitalistas, que são dominadas pela política imperialista, fundamentada na força. Wood (2003) ressalta uma das principais contradições do capitalismo para Luxemburgo, a de que o capitalismo busca universalizar-se enquanto sistema econômico, porém, precisa de um mundo não plenamente capitalista, pois o capitalismo não conseguirá tomar a forma de produção universal, “[...] o capitalismo não podia universalizar seus êxitos e a prosperidade das economias avançadas, nem que as principais potências capitalistas dependeriam sempre da exploração das economias subordinadas (WOOD, 2003: 153)”.

Mesmo que a época clássica do imperialismo tenha tido o começo do seu fim em 1918, ainda demoraria certo tempo para que uma nova forma de império surgisse, o que viria a acontecer somente após a Segunda Guerra Mundial por meio do protagonismo dos Estados Unidos, que se tornariam no “primeiro império capitalista do mundo”, o que não significaria o

abandono da força extra-econômica, mas esta não seria mais a força determinante das relações do novo tipo de imperialismo (WOOD, 2003).

O novo imperialismo surge num mundo no qual as antigas colônias europeias, na África e na Ásia, estavam em processo de conquista da independência e o mundo via surgir uma série de novos Estados. Este “imperialismo capitalista” seria uma relação entre Estados mais ou menos soberanos, Estados nacionais já inseridos na órbita econômica capitalista. Os EUA, grandes vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, com economia e poder militar superiores a qualquer outro estado, erguem o novo império, neste renovado cenário de um sistema de múltiplos Estados. Sua sustentação, de acordo com Wood (2003), basear-se-ia na hegemonia política e militar num sistema formado por Estados aliados e inimigos, no qual os primeiros deveriam ser favorecidos em sua zona de prosperidade e os segundos deveriam ser contidos, enquanto o Terceiro Mundo seria o palco dos eventos deste período, local em que o mundo capitalista e o não capitalista digladiar-se-iam, mesmo que os Estados Unidos e a União Soviética nunca tenham chegado a um conflito militar direto.

Para Panitch e Gindin (2004), precisamos atentar-nos ao fracasso da Inglaterra em manter um império informal, o que ditou seu domínio imperial e o êxito dos Estados Unidos nesta tarefa. Inglaterra, dona de um império formal, foi incapaz de manter um império informal, pois não conseguiu manter a coordenação política e militar com outros governos independentes, isto é, incorporar as novas potências da época, Alemanha, EUA e Japão, dentro do "imperialismo de livre mercado". Assim,

[...] os aparatos institucionais internacionais da diplomacia e das alianças, a supremacia da marinha britânica e o padrão ouro foram muito frágeis para garantir um tratamento equitativo entre o capital estrangeiro e o capital nacional no interior de cada estado (um pré-requisito chave para a globalização), para não falar da mediação dos conflitos e do manejo das contradições associadas ao desenvolvimento do capitalismo global do final do século XIX. (PANITCH; GINDIN, 2004: 28).

O papel que ocupa a União Europeia e o Japão, considerado também uma tríade de poder com os EUA, não resiste a uma primeira análise, pois os europeus e japoneses, mesmo principais aliados, também são dependentes. É inegável a sua proeminência econômica, porém, eles ainda são dependentes da economia organizada por Washington e do seu poderio militar.

[...] hoje em dia o imperialismo é mais que nunca o imperialismo norte-americano, devido à capacidade manifestada para subordinar sob sua hegemonia, de maneira clara e contundente, os possíveis rivais que poderiam se interpor em seu caminho. Nem a União Europeia nem o Japão podem aspirar outra coisa a não ser figurarem como simples coadjuvantes que acompanham as decisões tomadas em Washington. (BORON, 2007: 510).

A dominação cometida pelo imperialismo tradicional fazia-se ver, ela era transparente, os sujeitos à exploração conheciam seus algozes. Porém, o “novo imperialismo” caracteriza-se precisamente pela “invisibilidade” da exploração, isto é, ela é efetuada de forma indireta, operando como uma imposição do mercado através da dominação econômica, em detrimento do tradicional uso da força política e militar do imperialismo tradicional, que é relegada à função de mantenedora desse sistema, sempre que os interesses do capital estejam ameaçados. Para garantir a ordem capitalista interna é necessário um Estado ativo que garanta os interesses do capital. Já no âmbito internacional, o novo imperialismo necessita de um sistema múltiplo de Estados e soberanias locais, que precisa ser administrado e para isso, só há um único poder militar capacitado a esta função, os Estados Unidos da América (GARCIA, 2010).

Assim, ressalta Wood (2003):

Foi nessa época que a mira do poder militar deixou de concentrar-se, definitivamente, nos objetivos relativamente bem definidos de expansão imperial e rivalidade interimperialista, para focar-se na direção do objetivo sem limites de fazer às vezes de política do mundo em favor do capital (norte-americano). Esse padrão militar, e as necessidades que supriu, não mudariam com o “colapso do comunismo”; e a Guerra Fria seria substituída por outros cenários de guerra sem fim. [...] (WOOD, 2003: 155).

Outra grande inovação do novo imperialismo, segundo Boron, é o “imperialismo cultural”, este novo instrumento de dominação, quase de predomínio norte-americano e anglófono, tem seu campo a cultura, a produção audiovisual e a circulação de informações e ideias, que esparramaram os valores da sociedade norte-americana de forma massificada pelo mundo, *the american way of life* internacionaliza-se e toma proporções em escala planetária, diz-nos Boron (2007):

Cerca de três quartos das imagens audiovisuais que circulam pelo planeta são produzidas nos Estados Unidos, projetando deste modo uma imagem propagandística, e falsa até a medula, do sistema e de suas supostamente ilimitadas capacidades para satisfazer todas as aspirações materiais e espirituais da humanidade. As consequências políticas desta realidade são profundas e de longa vida. (BORON, 2007: 511).

Logo, não é possível dizermos que o imperialismo atual seja o mesmo do passado, contudo, ele ainda mantém muitas de “[...] suas velhas características – belicosidade, racismo, pilhagem, militarismo – acentuaram-se consideravelmente (BORON, 2010: 514)”. Panitch e Gindin (2004) afirmam que a expansão do império informal norte-americano não pode ser considerada um evento puramente unilateral ou coercitivo. A força de atração dos Estados Unidos, num contexto de economias nacionais arrasadas no pós-Guerra possibilitou a própria

inserção “voluntária” desses países, os autores chamam este evento de “imperialismo por convite”.

A globalização, por sua vez, não fez mais do que ampliar as estruturas do imperialismo e engendrar os países nela, ampliando a dominação e a submissão, submetendo os países da periferia à mutilação de suas economias e acentuando a dependência econômica destes aos países centrais do capitalismo. Por sua vez, a militarização dos conflitos na periferia, prática corrente da diplomacia norte-americana, serve aos anseios do complexo militar-industrial ao empreender vultosos gastos e movimentar a economia bélica, mas esta estratégia tem implicações que vão além da área em que está circunscrito o conflito, pois os efeitos aterrorizadores da guerra servem de exemplo e deixa avisada toda a comunidade internacional das possibilidades reais da máquina de guerra norte-americana.

IV. Considerações Finais

A demonstração de sua face beligerante após os atentados de 11 de setembro não pode ser definida como o arranque de uma rivalidade interimperial, mas em ações empreendidas por um império informal que domina através de um sistema de Estados, que como, afirmam Panitch e Gindin (2004: 51), “encontra para fixar uma estratégia de crescimento econômico coordenado, inclusive dentro dos países capitalistas avançados”. Segundo os autores, há dificuldade de compreender em como se forma o império informal norte-americano, como este se espalhou para todos os cantos do mundo, consegue incorporar seus rivais em sua zona de influência e domá-los de diversas formas, sem a necessidade do uso contínuo da força e vigia e policia a globalização, que ocupa papel de destaque neste império, sobretudo, a partir da década de 1990. Os teóricos que enxergam a estratégia norte-americana no período compreendido da Guerra Fria como, exclusivamente, de contenção soviética, ignoram o avanço do capital global pelo planeta e a conformação do império informal norte-americano, que, dadas suas especificidades, era o modelo específico para o período histórico que se iniciava no pós-Segunda Guerra, mantendo a posição de domínio dos Estados Unidos, que se consolida apoteótico com o fim da União Soviética.

Tendo em vista como se articula o imperialismo informal norte-americano, a ideia de que as fronteiras dos Estados-nação estavam dissolvendo-se, como muitos alardeavam, é, na verdade, mais penetração dessas fronteiras pelo capital global, que levou a dependência do capital aos Estados, estes que, por sua vez, liberalizam suas economias nacionais aos ávidos investidores internacionais, isto é, o “[...] o capital agora tendia a integrar o capital estrangeiro

e o doméstico nas ambições e conexões internacionais (PANITCH; GINDIN, 2004: 40)”. De acordo com Boron (2007), aqueles que se preocupavam em defender o imperialismo norte-americano e tentavam esconder suas tragédias, perdem no pós-Guerra Fria a principal justificativa para tais atos, o fim da União Soviética tira o manto que cobria as ações militares norte-americanas. O autor chama atenção para o processo de ressignificação que o termo “imperialismo” sofreu dentro do próprio *establishment*, que antes refutava o termo e agora o reivindica-o de forma positiva. Como tratado na seção anterior, a partir das interpretações que situam os EUA como indispensáveis ao mundo, sobretudo dos autores citados, o *establishment* produz seus ideólogos que buscam justificar e resignificar “império” e “liderança” à sua necessidade, produzindo explicações nas quais o mundo precise dos EUA e este tem o dever de ajudar o mundo. Desta forma, para Boron:

[...] Os Estados Unidos aparecem como um benévolo império cuja função messiânica e redentora o impulsiona a deflagrar “guerras humanitárias” para derrotar os malvados, levar a chama da democracia aos mais apartados rincões do mundo e a consagrar a liberdade de comércio como a condição indispensável para a conquista e o desfrute de todas as liberdades e para o fortalecimento da democracia. (2010: 503).

Por fim, retomando Chomsky (2004), atrás da grandiosa estratégia imperial encontramos sua continuidade a partir do princípio norteador do idealismo wilsoniano, na qual as intervenções norte-americanas são consideradas justas, pois a grande nação americana tem “ideias nobres” e atua de acordo com a “liberdade e a justiça”, nas palavras de Wilson na conquista das Filipinas, diz-nos Chomsky (2004: 48), “nosso interesse nos guie, embora sejamos altruístas; que as outras nações tratem de se manter a distância e não tentem nos deter”. A versão contemporânea tem o seu princípio norteador na ideia dos “Estados Unidos como vanguarda histórica”. De acordo com este princípio, cabe aos EUA guiarem a história mundial, pois são os únicos que “entendem e comprovam o propósito da história [...] a hegemonia norte-americana é a realização do propósito da história discernida pelos Estados Unidos visando o bem comum da humanidade.” (CHOMSKY, 2004: 48). Assim, as decisões que Washington tomar são legítimas e não precisam que os outros a compreendam, isto é, a despeito das críticas, os líderes norte-americanos devem seguir suas próprias decisões, pois sabem o que fazem. Desta forma,

Para acalmar quaisquer receios eventuais, basta lembrar a noção de que “a Providência conclama os americanos” a realizar a reforma da ordem global: a “tradição wilsoniana... à qual todos os últimos ocupantes da Sala Oval, independentemente de partido, aderiram” – juntamente com seus antecessores e equivalentes em outras partes do mundo, bem como seus infames inimigos, com a devida substituição de nomes. [...] O princípio essencial da política externa, fundamentado no idealismo wilsoniano e

passado de Clinton para Bush II, é “o imperativo da missão dos Estados Unidos como vanguarda da história, transformando a ordem global e, ao fazê-lo, perpetuando seu próprio domínio”, guiado pelo “imperativo da supremacia militar perpetuamente mantida e globalmente planejada”. (BACEVICH, 2003: 215 *apud* CHOMSKY, 2004: 49).

Desta forma, de acordo com Fiori (2008), a análise de conjuntura internacional do início do século XXI revela que não se sustenta a hipótese de que os EUA encontram-se em estado terminal e que estaríamos avançando para um mundo no qual os Estados perdem importância frente a outros atores. O que a conjuntura nos mostra, segundo o autor, é um império mundial que ainda é central para o sistema, e que eleva cada vez mais a “pressão competitiva” entre os Estados e as economias nacionais. O expansionismo imperial norte-americano está imbricado à globalização e ao “milagre econômico” chinês, possível devido ao acordo geopolítico sino-americano de inclusão chinesa no mercado e no capital financeiro dos Estados Unidos que, para Fiori,

[...] foi a maior e mais rápida expansão do “território econômico supranacional dos EUA”. Ela aumentou, de forma geométrica, o poder do dólar e dos títulos da dívida pública do governo americano e a capacidade de multiplicação do seu capital financeiro. [...] nas próximas décadas, o “núcleo duro” da competição geopolítica mundial deverá incluir ao lado dos Estados Unidos e da China, a Rússia, graças às suas reservas energéticas, ao seu arsenal atômico e ao tamanho do seu “ressentimento nacional” ou territorial, como ensinou Hans Morgenthau. [...] não haverá nada parecido a um “duelo final” entre os Estados Unidos e a China nesta primeira metade do século XXI. Pelo contrário, do ponto de vista econômico o que se deve esperar é uma fusão financeira cada vez maior entre a China e Estados Unidos. (2008: 66, 67,68).

Esses eventos indicam "tendências" e "processos" que, como buscamos mostrar neste trabalho, estão em continuidade com uma estratégia traçada tempos atrás, contudo, enganam-se aqueles que a enxergam monolítica. Sua capacidade adaptativa mostrou-se exitosa na manutenção e expansão do poder dos Estados Unidos, entretanto, alguns acontecimentos têm impactos mais profundos e duradouros, mas que se manifestarão no longo prazo. O que reflete a grande capacidade de recuperação dos Estados Unidos, que conseguiram empreender seus novos arranjos no sistema internacional, satisfazer aliados e punir desafetos, sem produzir grandes reações na política doméstica. Cada vez mais a capacidade de recuperação dos EUA - e nisso também estamos falando de sua estratégia de segurança nacional - vê-se num futuro nada promissor, que é, em grande medida, fruto da própria estratégia norte-americana.

V. Referências Bibliográficas

BIANCHI, Álvaro. Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial. **Revista Outubro**, nº 8, 2003.

BORON, Atílio A. A questão do imperialismo. In BORON, A.A. *et al* (org.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

CONDE, L. C. D. Continuidades da Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Os Imperativos da Democracia e do Mercado. **Rev. Conj. Aust.** | Porto Alegre | v.6, n.29 | p. 75-96 | abr./mai. 2015.

CHOMSKY, Noam A. **Contendo a Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

_____. **O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In, FIORI, J. L. *et al* (org.) **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. **The National Interest**, 1989

_____. **The end of history and the last man**. New York: The Free Press, 1992.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 32, nº 1, janeiro/junho 2010, p. 155-177.

GOWAN, Peter. **A roleta global: uma aposta Faustiana de Washington para a dominação do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GUIMARÃES, Cesar. Envolvimento e Ampliação: A política externa dos Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel. P. (Org.) **Estados Unidos: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. **Socialist Register**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

VILAS, Carlos M. Las “idas” y “regressos” del Estado. **Utopía y Práxis Latinoamericana**. Año 15, nº 43, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **El imperio del capital**. Madrid: El Viejo Topo, 2003.

Recebido em: agosto/2017

Aprovado em: maio/2018